

A DOCTRINA DA CONTENÇÃO E A REPRESSÃO SOCIAL DURANTE O GOVERNO DUTRA

Thaís Mantovani
Doutoranda, IUPERJ

Introdução

No presente texto pretendo analisar a doutrina da Contenção elaborada pelo diplomata norte-americano George Frost Kennan após a Segunda Guerra Mundial, e os seus reflexos no controle e na repressão aos movimentos sociais no chamado Hemisfério Ocidental durante a Guerra Fria. Inserido neste contexto geral, analisarei, com base em documentos pertencentes aos acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Arquivo Nacional e do CPDOC-FGV, alguns dos reflexos diretos dessa política desenvolvida durante os primeiros anos da Guerra Fria no Governo Eurico Gaspar Dutra. Para um melhor entendimento desta situação é necessário, inicialmente, traçar um quadro do panorama internacional no pós-guerra.

Os EUA e a União Soviética no pós II Guerra

Os Estados Unidos e a União Soviética emergiram como as principais potências após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos saíram vitoriosos da guerra ampliando seu poderio tanto na área econômica quanto militar. Acumularam vultosas reservas durante o conflito e mantiveram intactas suas cidades, propriedades agrícolas, e indústrias.

A União Soviética perdeu cerca de vinte milhões de vidas humanas, teve suas forças armadas reduzidas em 75%, e seus campos e cidades altamente destruídos¹. Apesar de ter ficado internamente arrasada com a guerra, a União Soviética, que formava juntamente com a Inglaterra e os Estados Unidos a Grande Aliança contra a Alemanha nazista, conseguiu após diversas negociações ocorridas na Conferência de Yalta em fevereiro de 1945, concessões para exercer influência sobre parte do leste ao centro Europeu, estendendo seu domínio numa vasta região que englobava a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Romênia e a Bulgária².

A Europa encontrava-se frágil, atolada em inúmeras dívidas, e a falta de energia elétrica era um obstáculo para a recuperação da produção industrial. Era um ambiente propício para movimentos revolucionários e influência do comunismo, e os Estados Unidos temiam que a União Soviética se aproveitasse dessa situação para estender sua área de influência. Com a morte do presidente Franklin Roosevelt, em 12 de abril de 1945, as negociações deixaram de ter um caráter conciliatório e o novo presidente, Harry Truman, adotou posições mais agressivas modificando sensivelmente os métodos de política externa dos Estados Unidos³. Houve o que foi chamado de “reversão de alianças”, pois a União Soviética de colaboradora contra a Alemanha nazista passou a ser a principal rival.

Na Conferência de Potsdam, realizada em julho de 1945⁴. O presidente Truman desejava rever a influência soviética nos Balcãs. As relações entre os Estados Unidos e a União Soviética foram bastante abaladas nesta conferência. Os Estados Unidos acusavam a União Soviética de não cumprirem o acordo de Yalta e a União Soviética também se queixava de atitudes do governo norte-americano⁵. A partir deste momento o conflito entre os dois países tornou-se mais evidente.

A Doutrina de Contenção

Os Estados Unidos estavam insatisfeitos com a influência que a União Soviética exercia no leste europeu, e esta influência não podia de forma alguma se expandir.

A saída encontrada foi denominada de doutrina de contenção e havia sido proposta pelo diplomata George Frost Kennan, especialista em assuntos soviéticos. Esta doutrina formulada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria tinha por objetivo básico conter a ameaça que a União Soviética representava naquele momento.

A estratégia da contenção formulada por Kennan baseava-se na suposição de que a União Soviética era um inimigo do Ocidente e de que a ideologia comunista produz um sistema de pensamento inerentemente antagônico ao resto do mundo.

O combate ao expansionismo dos ideais soviéticos deveriam ser através de uma política de longo prazo, porém firme e vigilante, uma contra-força agindo sobre uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondente às mudanças e manobras da política soviética.

A principal medida tomada pelos Estados Unidos foi oferecer ajuda financeira a alguns países, principalmente os que estavam mais sujeitos à influência da União Soviética e que representavam um mercado consumidor em potencial ou um ponto geográfico estratégico para a prosperidade do capitalismo norte-americano.

No entanto, o perigo que esta nação representava era muito mais ideológico do que militar, pois os outros países poderiam se render ao comunismo não através da força e sim seduzidos pelo regime.

Em 1947, os Estados Unidos lançaram o Plano Marshall, que recebeu esse nome por ter sido apresentado pelo Secretário de Estado norte-americano George Marshall. O plano foi elaborado por um grupo de técnicos do Departamento de Estado coordenados por George Frost Kennan e consistia de um eficiente programa de ajuda aos países europeus devastados pela guerra, visando à recuperação de suas economias através de maciços investimentos financeiros e garantindo “instituições livres”, afastando a influência comunista e mantendo esses países fiéis aos Estados Unidos⁶.

No mesmo ano, o Presidente Truman apresentou ao Congresso dos Estados Unidos a Doutrina Truman, no intuito de socorrer a Turquia e a Grécia envolvidas numa guerra civil.

Os congressistas norte-americanos levando em consideração a importância estratégica destes países para o controle do Mediterrâneo, aprovaram a proposta de Truman de abertura de linhas de crédito para a Grécia e a Turquia. Na realidade, a combinação dos dois planos dava bases para ações futuras e para o combate de tudo que se assemelhasse ao comunismo, dividindo, irrevogavelmente, o mundo em dois blocos.

Os programas de recuperação eram uma forma de aumentar a influência dos Estados Unidos sobre os países europeus arruinados e implementar o modelo de capitalismo norte-americano, edificando uma nova ordem mundial.

A consciência de que esses planos tinham características de dominação já era percebida por algumas nações. No caso do Brasil, o jornal “Hoje”⁷, editado pelo Partido Comunista, publicou uma série de matérias a respeito do desejo de Truman de “escravizar” a América Latina. Reportaram que os Estados Unidos queriam pura e simplesmente uniformizar as forças dos países americanos, isto é, padronizar seus armamentos e colocar o exército sob comando do Estado Maior americano.

*“Isso quer dizer que para completar a dominação de nosso país, no terreno econômico e no terreno político, o imperialismo ianque procura agora dar cabo ao martelo, levando-nos também a sujeição no terreno militar. A criminosa política de blocos, de esfera de influência, de balança no poder, ou que outro nome tenha a qual, por mais de uma vez, já levou o mundo à carnificina da guerra, será ressuscitada na América, em virtude da poderosa pressão que exerce o imperialismo ianque sobre os países mais fracos”.*⁸

Exatamente no momento em que diversos países da América Latina, tais como Brasil, Argentina, Colômbia, Venezuela e Guatemala saíam de regimes autoritários experimentando processos eleitorais amplos e democráticos é que a política norte-americana de contenção ao comunismo obteve mais consistência.

Utilizando-se do discurso de defesa da liberdade e da democracia, os Estados Unidos conseguiram durante muito tempo direcionar e sustentar sua política externa, apoiando-se nesse argumento para justificar também o desenvolvimento de projetos militares ambiciosos.

Segundo Moniz Bandeira, o governo do Marechal Eurico Dutra orientou o Brasil para um alinhamento incondicional com os Estados Unidos, adotando políticas econômicas condizentes com as teorias que eles tratavam de propagar, e excedendo-os no próprio anticomunismo e antisovietismo, sem nada a receber, em contrapartida, por tamanha devoção⁹.

Para dar maior andamento e eficiência a essa ‘caça aos comunistas’, a diplomacia norte-americana se empenhou em mobilizar parceiros na luta ideológica contra a União Soviética. Assim, o primeiro tratado assinado foi o Tiar (Tratado Inter-Americano de Auxílio Recíproco) no Rio de Janeiro em 1947. Este tratado visava à defesa coletiva do continente americano garantindo a cooperação mútua caso um dos países membros sofresse algum tipo de ataque (no sentido oculto: por parte da União Soviética).

Um dos momentos mais importantes foi a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), reunindo os países capitalistas europeus e o Canadá numa aliança militar, dotada de instituições permanentes chefiadas pelos Estados Unidos. Constava no acordo que um ataque armado a qualquer membro da aliança na Europa ou na América do Norte seria considerado como um ataque contra todos os membros e defendiam as liberdades democráticas através de uma colaboração política e econômica¹⁰.

Esses tratados colocavam em evidência o poder que os Estados Unidos exerceram no mundo no pós-guerra e só fazia aumentar ainda mais seu poder econômico.

A Doutrina de Contenção na América Latina

Em relação aos países da América Latina, os pactos e tratados articulados pelos Estados Unidos significavam muito mais dependência econômica, repressão interna e esmagamento de movimentos populares do que cooperação mútua. O descontentamento e o movimento popular foram intensamente reprimidos por governos que se justificavam internacionalmente na luta contra o comunismo¹¹.

Exercendo seu poder em qualquer região que se visse ameaçada pela agressão comunista, os Estados Unidos se consolidaram no papel de potência econômica e militar mundial ganhando apoio para intervir onde fosse considerado necessário e onde tivessem interesse militar e estratégico.

A doutrina de contenção norte-americana soube manipular a opinião pública apelando para um sentimento americanista numa habilidosa campanha baseada no medo e no anticomunismo envolvendo toda a nação numa verdadeira ‘caça as bruxas’. Políticos perceberam que a máquina de propaganda contra atividades antiamericanas podia lhes render excelentes resultados políticos e utilizaram seus esforços nesse sentido.

Na verdade, o mito da conspiração comunista internacional não era levado muito a sério por diversas autoridades e representantes da sociedade, seu caráter era muito mais especulativo do que real. O objetivo maior era impor o multilateralismo econômico fundamental para a manutenção da supremacia dos Estados Unidos no mundo capitalista.

Entretanto, se a versão norte-americana afirma que a União Soviética estava traçando sua política na direção do expansionismo, a análise mais profunda de documentos não consegue sustentar esta tese e demonstra que, depois de ter seu território altamente devastado pela II Guerra Mundial, e tendo perdido milhões de vidas humanas, a União Soviética estava preocupada com a situação interna, buscando se reconstituir e se proteger evitando um enfrentamento direto com seus aliados do tempo de guerra¹².

Para influenciar a política externa de outros países valiam-se de pressões econômicas, propaganda anticomunista, intromissão na conduta política interna e espionagem.

Em relação à América Latina, a política norte-americana consistia em consolidar uma frente anti-russa, eliminar centros de propaganda antiamericana e organizar politicamente a defesa do Hemisfério¹³.

Ao analisar alguns documentos do acervo do Arquivo Nacional, como correspondências trocadas entre as embaixadas dos dois países e outros ofícios, pode-se verificar a posição tomada por alguns diplomatas norte-americanos a respeito da contenção ao comunismo. Mais especificamente, os diplomatas Kennan e Braden são claros em enfatizar que a política contra o comunismo deveria ser agressiva.

O argumento da segurança militar norte-americana não estava mais fazendo efeito e os povos começavam a se manifestar contra a dominação. Nesse contexto, Braden foi um dos que defendeu uma tomada de posição mais ofensiva contra qualquer tipo de “extremismo”, pois considerava que só assim poderiam exercer maior influência nesses países no sentido de não permitir que estes conflitos afetassem os interesses econômicos norte-americanos¹⁴.

Já o diplomata Kennan não acreditava em nenhuma espécie de acordo entre os Estados Unidos e a União Soviética. Seu argumento era de que os ideólogos do socialismo entendem o capitalismo como um sistema econômico que necessariamente caminha para a dominação e para o imperialismo a partir do momento que necessita de mercados consumidores para sobreviver. Portanto, defendia que, os socialistas atentos a esse caminho inevitável que o capitalismo segue, não poderiam ser leais ou sinceros nos acordos, pois veriam nisso um meio do capitalismo exercer pressão e dominação.

Contudo, posteriormente, o próprio Kennan admitiu que com a criação da Otan estavam se protegendo de um ataque que no fundo ninguém estava planejando.

É neste ponto que se diferenciam a doutrina de contenção nos moldes em que foi formulada por Kennan, da política adotada por Truman.

Retomando ao tipo de política intervencionista que os EUA aplicavam ao Brasil, o jornal “Hoje” publicou uma matéria afirmando que os senadores norte-americanos Wherry e Brewster se referiram ao nosso país chamando-o de “quintal dos Estados Unidos”¹⁵. O então senador brasileiro Luiz Carlos Prestes argumentou que o capital norte-americano sentia necessidade de acabar com os comunistas porque estes eram os maiores lutadores contra o monopolismo norte-americano e desmascarador dos seus propósitos.

A imprensa comunista brasileira também entrou em furor ao se deparar com as declarações de outro senador norte-americano, George Malone. Usando da tribuna da Câmara alta do Congresso dos Estados Unidos, o senador Malone falou sobre a política de intervencionismo na América Latina. O senador declarou que: “foram gastos muitos milhões no Brasil com resultados mais do que duvidosos. Para provar tal coisa é bastante citar o fato de que o Rio de Janeiro elegeu este ano uma Câmara Municipal em que os comunistas estão em maioria, e isso é um fato muito desagradável”¹⁶.

Por fim, para tentar fazer um esboço geral da situação, a combinação do Plano Marshall, da Doutrina Truman e da criação da Otan completaram e fundamentaram o caráter de contenção que se desenvolveu gradualmente nos primeiros anos de Guerra Fria, mesmo que fugindo da formulação original do diplomata George Kennan.

As organizações capitalistas, as grandes corporações industriais norte-americanas, os monopólios e os cartéis haviam enriquecido muito com a guerra. Os lucros eram exorbitantes e não estavam dispostos a correr o risco de desmobilizar sua economia fazendo concessões a uma nação cujo regime era socialista. Assim, a forma com que os Estados Unidos conduziam sua política externa estava duplamente condicionada à suposta expansão soviética e à política econômica interna. Como ressaltou LaFeber, os objetivos dos EUA no pós-guerra eram tão políticos quanto econômicos¹⁷.

Um dos grandes temores norte-americanos era de que o país entrasse numa nova depressão (como ocorreu ao final da I Guerra Mundial), prejudicando sua capacidade produtiva. Dessa forma, adotaram uma política expansionista pensando em atingir o maior número possível de mercados consumidores e controlar os fornecedores de matéria prima. Neste sentido é que uma atuação direta na América Latina era tido como imprescindível.

¹ De acordo com Deutscher, “era esse colosso (o russo) sangrante, quase aniquilado, que se supunha criar uma grande ameaça militar para a Europa. Essa nação que perdera 20 milhões de homens apenas em mortos – imaginem quantos dos 31 milhões de homens que ficaram vivos eram os aleijados e inválidos e feridos da guerra mundial, e quantos os velhos – essa nação com um déficit tão tremendo e tão enorme em sua população, essa nação da qual toda uma geração estava perdida, supunha-se que essa nação ameaçasse a Europa com uma invasão! No entanto, qualquer perito em estatística de população poderia ter contado o número de anos que a Rússia levaria para preencher essas lacunas em sua força humana de trabalho”. Deutscher, Isaac. “Mitos da Guerra Fria” in: Horowitz, David. (org.) *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Especialmente pág. 15 e 16.

² O protocolo de Yalta incluiu um acordo sobre a fronteira soviético-polonesa e a organização de um novo governo polonês. Stalin queria o retorno das terras russas dadas à Polônia depois da Primeira Guerra Mundial, porém os Estados Unidos só queriam resolver questões territoriais depois da Guerra. Mais detalhes ver: ALPEROVITZ, Gar, A *Diplomacia Atômica*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

John Bagguley argumenta que os acordos de Yalta não tiveram o apoio total da administração dos Estados Unidos. Diversas autoridades de categoria no Departamento de Estado e em outros órgãos opuseram-se à divisão da Europa em esferas de influência, ou com maior exatidão, desejavam privar a União Soviética de sua esfera no Leste e Sudeste da Europa. Bagguley, John. “A Guerra Mundial e a Guerra Fria” in: Horowitz, David. (org.) *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Especialmente pág. 136.

³ A política de Truman era mais agressiva em relação à União Soviética e seu primeiro interesse foi reduzir ou eliminar a influência soviética na Europa Oriental e Central.

⁴ Alperovitz argumenta que não se pode compreender a Conferência de Potsdam sem mencionar que neste mesmo período os Estados Unidos faziam os testes com a bomba atômica, e foi esse fato um dos principais responsáveis pela excessiva autoconfiança de Truman nas negociações nesta conferência. ALPEROVITZ, Gar, A *Diplomacia Atômica*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. (pág.178).

⁵ Em Potsdam, Truman declarou que “as obrigações não haviam sido cumpridas; foram feitas imediatamente exigências no sentido de que uma reorganização dos governos da Romênia e da Bulgária incluísse representantes de todos os elementos democráticos e a realização de eleições livres”. Bagguley, John. “A Guerra Mundial e a Guerra Fria” in: Horowitz, David. (org.) *Revolução e Repressão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. Especialmente pág. 144.

⁶ Giovanni Arrighi argumenta que o Plano Marshall iniciou a reconstrução da Europa Ocidental a imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à “decolagem” da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960. Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1996. Especialmente pág. 306.

⁷ Olhar matéria no jornal HOJE de 26/04/47 no acervo do Arquivo Nacional, NARA/EUA, Microfilme 1492 rolo 16, foto: 0375.

⁸ idem

⁹ Ver: Bandeira, Moniz. *Brasil – Estados Unidos, a rivalidade emergente, 1950-1988*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989. (pág. 28)

Moura ressalta que a política externa brasileira do governo Dutra é geralmente considerada uma continuação da política posta em ação pelo governo Vargas nos últimos anos do seu primeiro governo, isto é, uma política de alinhamento aos Estados Unidos. Moura, Gerson. *Sucessos e Ilusões*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1991.

¹⁰ O Diplomata americano George Kennan criticou a criação da Otan por achar que era uma “defesa militar contra um ataque que ninguém estava planejando”. Kennan afirmava que os líderes soviéticos não tinham intenção de promover sua causa lançando ataques militares com suas próprias forças armadas através das fronteiras. A verdadeira ameaça era a ameaça da revolução (principalmente na Europa), a ação conspiratória das minorias treinadas e inspiradas pelos comunistas, que esperavam assumir poderes ditatoriais no âmbito de suas respectivas órbitas nacionais. KENNAN, George. *American Diplomacy: 1900: 1950*. Chicago, The University of Chicago Press, 1951.

¹¹ Bandeira, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹² Ver nota número 1.

¹³ Moura, Gerson. *Sucessos e Ilusões*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 1991.

¹⁴ Arquivo Nacional, NARA/EUA, Microfilme 1492, rolo 15, foto: 0376.

¹⁵ Jornal “Hoje” de 23/04/47, Acervo do Arquivo Nacional, NARA/EUA, Microfilme 1492, rolo 16, foto: 0378, “Até onde irá a ousadia dos imperialistas?”.

¹⁶ Idem.

¹⁷ LAFEBER, Walter. (1997), *America, Russia and the Cold War, 1945-1996*. New York: McGraw-Hill.